

08 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

Reajuste de 16% para ministros do STF terá efeito cascata nos estados

Com índice aprovado pelo Senado
em articulação relâmpago, teto do
funcionalismo público vai a R\$ 39 mil

Vitor Struck

Reportagem local

Após uma articulação relâmpago do presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), o reajuste de 16,38% nos salários de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) foi aprovado nesta quarta-feira (7) pelos senadores e segue para sanção presidencial. Com isso, o teto do funcionalismo público passa de R\$ 33.763,00 para R\$ 39.293,32.

O plenário do Senado deu o sinal verde para o aumento apesar do apelo do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), que manifestou preocupação com a votação. O reajuste terá um efeito em cascata para a União e sobretudo para os Estados, que já enfrentam grave crise financeira e correm risco de insolvência justamente devido ao elevado comprometimento de suas receitas com o pagamento da folha de pessoal.

Segundo um estudo feito pelo próprio Senado em 2016, a estimativa é de que o impacto para os cofres da União seja de R\$ 1,2 bilhão. Já aos cofres dos estados, mais do que o dobro, R\$ 2,6 bilhões.

Com o reajuste, mais um ponto importante para a discussão sobre qual o modelo de Estado ideal o Brasil deve perseguir vem à tona. Quem aponta é o advogado, pós-doutor em Direito pela USP (Universidade de São Paulo) e fundador da ABDConst (Academia Brasileira de Direito Constitucional), Flávio Pansieri, docente da disciplina de direito constitucional na PUCPR há 15 anos. Pansieri salienta à FOLHA que não vê problemas na boa remuneração da categoria e a busca por reajustes, entretanto, o que deve nortear a decisão é o momento de recessão econômica.

“Há o argumento de que não existem reajustes há muitos anos. O próprio Supremo tem discutido nesta

temática que o teto e o mínimo não estão submetidos a esta regra, em especial o teto, porque de alguma forma virou o valor de referência para uma política econômica salarial nacional e nesta lógica não se submeteria nem sequer à regra do reajuste da inflação obrigatório”, explica.

O reajuste já havia sido aprovado pelo próprio STF em agosto e pela Câmara dos Deputados. Agora, a regra só depende da sanção do presidente Michel Temer (MDB) para entrar em vigor. Entretanto, o cuidado que é exigido neste momento em relação ao “efeito cascata” deve focar na Lei de Responsabilidade Fiscal, o que poderia inviabilizar o repasse dos aumentos salariais pelos governadores, uma vez que os proventos dos ministros do STF servem de teto constitucional e indexadores dos salários de diversas categorias.

CONTINUA

08 NOV 2018

IMPACTO

No Paraná o custo anual

do reajuste dos salários dos 120 desembargadores do Tribunal de Justiça representaria um acréscimo de R\$ 8,1 milhões. Já para reajustar os proventos dos 700 juízes o Estado teria que desembolsar R\$ 31 milhões a mais em 2019. Mas como a "cascata" não para por aí, os custos poderiam ser ainda maiores se forem consideradas, também, as atualizações salariais dos membros do Ministério Público, dos conselheiros do Tribunal de Contas; e de todos os membros do Legislativo Federal e Deputados Estaduais, que teriam carta branca para seguir o mesmo caminho.

Com o desafio de se equilibrar as contas públicas com a valorização do funcionalismo em meio às diferentes realidades econômicas dos estados que já não suportam mais o déficit nos repasses dos tributos federais, o jurista Flávio Pansieri considera este sistema um "grande equívoco".

"Não é possível que todos os estados brasileiros tenham a capacidade remuneratória, por exemplo, que tem o Estado de São Paulo. O modelo federativo é diverso", afirma. (Com Agência Estado)

Senadores do Paraná criticam medida; jurista defende novo modelo

Os senadores que formam a bancada paranaense criticaram o reajuste do Judiciário. Por meio de sua assessoria, Alvaro Dias (PODE), que está de licença médica até o dia 18 de novembro e não pôde participar da votação, se manifestou contrariamente à medida por acreditar que não é o momento para um reajuste.

O senador Roberto Requião (MDB) votou contra a proposta de reajuste. Requião disse que considera um "despropósito" discutir aumento de salários de membros do judiciário agora.

Assim como a senadora Gleisi Hoffmann (PT). Em nota, ela afirmou que o Senado nem devia ter aceitado a matéria, quanto mais colocado para votar no Plenário da Casa. A petista disse considerar a proposta um absurdo e ofensiva à população que paga a conta de privilégios como esse com a perda de seus direitos.

reito Constitucional), Flávio Pansieri, defendeu em entrevista à FOLHA um novo modelo em que estados e municípios estabeleçam tetos próprios, o que só poderia acontecer por meio de um Projeto de Emenda à Constituição. "Acho também que não vivemos hoje um ambiente favorável a esta aprovação", lamentou.

"Está na hora de nós repensarmos o modelo do estado brasileiro. Chegamos num ponto em que quase 70% do se que arrecada vai para pagar a folha do pessoal ativo e inativo e com isso ressaltando a importância que têm os servidores públicos", finalizou. (V.S.)

NOVO MODELO

O advogado, pós-doutor em Direito pela USP (Universidade de São Paulo) e fundador da ABDConst (Academia Brasileira de Di-

08 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

Moro diz que não assumirá cargo na equipe de transição de Bolsonaro

Brasília - Sergio Moro disse nesta quarta-feira (7), ao desembarcar em Brasília, que não assumirá cargo na equipe de transição de governo de Jair Bolsonaro (PSL), pois ainda não deixou o cargo de juiz. Ao chegar à capital federal, onde participou de reuniões com integrantes da gestão que se inicia em janeiro, ele foi questionado se poderia ser nomeado agora. "Antes de ser nomeado, eu devo pedir exoneração. Não tem como assumir sem estar exonerado", respondeu.

Na semana passada, logo após o anúncio de que o juiz da Operação Lava Jato será seu novo ministro da Justiça, Bolsonaro disse que nesta semana Moro iria participar dos trabalhos de transição.

O juiz aceitou convite para comandar a pasta da Justiça a partir de janeiro, se afastou dos processos que conduzia na 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba, mas formalmente segue magistrado, pois ele ainda não pediu exoneração do cargo, apenas está de férias.

A decisão de Sergio Moro de aceitar um cargo no novo governo foi duramente criticada pelo PT, que o acusa de parcialidade nas decisões da Lava Jato. A sigla pediu que sua posse seja barrada pela Justiça. Moro se disse tranquilo a respeito.

O juiz não quis comentar outros assuntos, justificando que já falou longamente à imprensa na terça (6), em

Curitiba. Ele seguiu para o Centro Cultural Banco do Brasil, que abriga as reuniões da equipe de transição, escoltado por agentes da Polícia Federal.

PLANOS PARA A SEGURANÇA

Em sua primeira entrevista coletiva após ser anunciado como próximo ministro da Justiça, concedida em Curitiba na terça-feira (7), o juiz Sergio Moro se pronunciou a respeito de temas polêmicos, especialmente os relacionados à segurança pública. A área é considerada uma das prioridades do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL).

Moro apresenta algumas discordâncias em relação a bandeiras defendidas por Bolsonaro ao longo da campanha eleitoral, especialmente a tipificação de organizações sociais como terroristas. Ele também possui ressalvas em relação à flexibilização do porte de armas e quanto à licença para não punir policiais que atiram para matar criminosos - os chamados excludentes de ilicitude.

No entanto, o futuro superministro da Justiça - que vai congrega outras pastas e atribuições no governo Bolsonaro - tem mais convergências do que divergências com o chefe e se coloca como seu subordinado. "O governo é dele, ele dá a última palavra em relação a essas proposições", disse.

CONTINUA

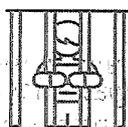
08 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

TEMAS POLÊMICOS

O que Moro pensa para o Ministério da Justiça



REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Favorável à redução para 16 anos em caso de crimes graves, como homicídio, lesão corporal grave e estupro



FLEXIBILIZAÇÃO DA POSSE DE ARMAS

Favorável, mas com limitações para não facilitar o acesso a armamento por facções criminosas. No caso do porte, defende que as regras sejam mais restritas



TIPIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS COMO TERRORISTAS

Contrário. Moro considera que tal definição, defendida por Bolsonaro, "não é consistente"



FECHAMENTO DA FRONTEIRA COM A VENEZUELA

Contrário. Para Moro, "princípios de solidariedade devem ser observados", seja em relação à Venezuela como em relação a outros países vizinhos



REVISÃO DOS EXCLUDENTES DE ILICITUDE (LICENÇA EM ALGUMAS SITUAÇÕES PARA NÃO PUNIR POLICIAL QUE ATIRA E MATA)

Favorável, mas sem que o confronto policial seja adotado como estratégia para coibir a criminalidade. O futuro ministro defende que "o confronto tem que ser evitado"



FIM DA PROGRESSÃO DE PENA E SAÍDAS TEMPORÁRIAS

Favorável, no caso de membros de facções criminosas. Defende a revisão dos critérios para crimes graves, incluindo corrupção

08 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

Fachin prevê julgamento de HC de Lula ainda em 2018

O relator da Operação Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Edson Fachin, disse na tarde desta quarta-feira (7), que é “possível” que a Segunda Turma do STF julgue ainda neste ano um novo pedido de liberdade apresentado pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), condenado a 12 anos e um mês de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

A defesa de Lula entrou com um novo HC (habeas corpus) depois que o juiz federal Sérgio Moro aceitou convite para ser ministro da “superpasta” da Justiça no governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL). No HC, Lula quer que seja reconhecida a “perda da imparcialidade” do juiz federal, anulando-se todos os atos de Moro no caso do “triplex do Guarujá” e em outras ações penais que miram o petista.

“Eu vou aguardar o cumprimento dos prazos e é possível (julgar ainda neste ano)”, disse Fachin. O pedido será analisado pela Segunda Turma do STF. O ministro já encaminhou outros recursos e pedidos de liberdade do ex-presidente para o plenário, por se fundamentarem em questões como a possibilidade de prisão após condenação em segunda instância. A atual composição da Segunda Turma do STF é considerada por advogados e integrantes da Corte mais rigorosa que a anterior, com a presença da ministra Cármen Lúcia. A defesa alega que “Lula está sendo vítima de verdadeira caçada judicial” por parte de Moro.

08 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

Militão

●● No Brasil, 1.111 crianças, até agosto último, estavam vivendo com suas mães que estão presas em estabelecimentos penais. E 242 são bebês de até seis meses. Crianças com mais de três anos são 642 e 538 é o número de presas brasileiras que estão grávidas. A grande maioria pega em tráfico de drogas. Em Londrina há algumas, mas não conseguimos apurar quantas são.

08 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Senado ignora Bolsonaro e dá reajuste de 16% para o Judiciário

Salário passa para R\$ 39,2 mil no STF; 'não é o momento', disse presidente eleito, antes da votação

• **Efeito cascata**

R\$ 4,1 bi é o impacto que a decisão poderá ter nas contas públicas após o repasse dos reajustes

O Senado aprovou reajuste de 16,38% no salário dos ministros do STF e dos membros da Procuradoria-Geral da República. Considerado o teto do funcionalismo, o salário passará de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil mensais. A aprovação contrariou a vontade de Jair Bolsonaro (PSL). "Obviamente, não é o momento", disse o presidente eleito, horas antes da votação. "Estamos em uma fase que ou todo mundo tem ou ninguém tem. E o Judiciário é o mais bem aquinhado." Os dois projetos de lei que previam os aumentos foram incluídos na pauta do Senado sem acordo com líderes. Agora, seguem para sanção presidencial. O STF e o MPF já incluíram os reajustes na previsão orçamentária de 2019. O reajuste terá efeito cascata para a União e os Estados.

Senado dá aumento de 16% para Judiciário

Contra vontade do presidente eleito, salário de ministros do Supremo vai a R\$ 39,2 mil

Felipe Frazão

Idiana Tomazelli

Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Contrariando a vontade do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL), o plenário do Senado aprovou ontem o reajuste de 16,38% no salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e dos membros da Procuradoria-Geral da República (PGR), incluído na pauta sem acordo com os líderes. Considerado o teto do funcionalismo, a remuneração passará de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil mensais. Os dois projetos de lei que previam os aumentos já haviam sido aprovados na Câmara dos Deputados e agora seguem para a sanção presidencial.

Pela manhã, Bolsonaro havia manifestado preocupação com a votação em momento de ajuste de contas, em que tenta mobilizar o parlamento e aproveitar a popularidade das urnas para emplacar a reforma da previdência. Pela manhã, antes da votação, Bolsonaro havia dito que “obviamente não é momento” para provocar o reajuste. “Vejo com preocupação essa iniciativa”, disse. “Estamos em uma fase que, ou todo mundo tem ou ninguém tem. E o Judiciário é o mais bem aquinhoado”.

O STF e o MPF incluíram os reajustes na previsão orçamentária de 2019. O Orçamento Geral da União está em fase de discussão no Congresso Nacional.

Cálculos das consultorias de Orçamento da Câmara e do Senado apontam que o “efeito cascata” para os demais Poderes da União e os Estados pode ser de cerca de R\$ 4,1 bilhões. Segundo o senador Ricardo Ferraço, que votou contra o projeto, o impac-

‘Momento’

“Obviamente, não é o momento (de se aprovar no Congresso um aumento salarial dos servidores do Judiciário). Estamos em uma fase que, ou todo mundo tem, ou ninguém tem. E o Judiciário é o mais bem aquinhoado.”

Jair Bolsonaro

PRESIDENTE ELEITO

to nas contas pode chegar a R\$ 6 bilhões. O reajuste terá um efeito em cascata para a União e, sobretudo, para os Estados, que já enfrentam grave crise financeira e correm risco de insolvência por causa do comprometimento de receitas com o pagamento da folha de pessoal.

Após dois anos parado no Senado, o reajuste passou no fim do mandato de uma série de senadores que são investigados ou processados judicialmente e perderão o foro privilegiado, porque não conseguiram se reeleger – a renovação no Senado foi recorde, de 85%.

O presidente do Supremo, ministro Dias Toffoli, e a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, mantiveram contato com o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), para articular apoio à votação dos reajustes. Houve mobilização nos bastidores e a votação, na véspera, de um requerimento para que fossem incluídos em pauta, mesmo sem consulta de praxe aos líderes de bancada, porque o prazo de análise na Comissão de Assuntos Econômicos havia expirado. A votação surpreendeu associações de classe de magistrados e procura-

dores.

Eunício negou ter manobrado nos bastidores para atender a pressões da Corte ou do MPF e incluir os projetos na pauta. O presidente do Senado disse ainda que “jamais” faria uma negociação às escondidas. “Não foi incluído de ofício pela presidência, mas atendendo requerimento aprovado pelo plenário”, afirmou ele. Eunício afirmou em plenário que Dias Toffoli e Raquel Dodge garantiram que não haveria aumento no teto de gastos do Judiciário e do Ministério Público, além do previsto na emenda constitucional 95, aprovada pelo governo Michel Temer.

O aumento do STF passou com 41 votos favoráveis e 16 contrários, além de uma abstenção. O da PGR foi aprovado em seguida por votação simbólica. A base do governo votou majoritariamente favorável. Partidos de oposição a Temer foram contra, embora houvesse divergências em bancadas como a do PT. Bolsonaro e seus aliados não conseguiram mobilizar os senadores para o que chegou a ser considerado uma pauta-bomba para o próximo governo.

O Estado apurou que Bolsonaro conversou com o presidente Michel Temer sobre o tema ontem. Oficialmente, no entanto, a assessoria nega que o assunto tenha sido discutido entre os dois no encontro fechado que tiveram. Mesmo diante do quadro de dificuldade fiscal, auxiliares de Temer dizem que ele não sinalizou veto ao aumento./

COLABOROU TÂNIA MONTEIRO

CONTINUA

08 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

EFEITO CASCATA

● Os reflexos do aumento dos ministros do Supremo

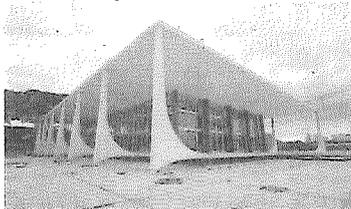


ESTADOS

R\$ 2,6 bilhões

Será o valor do impacto do efeito cascata do reajuste nas contas públicas dos Estados; entre os afetados, está o Rio Grande do Sul

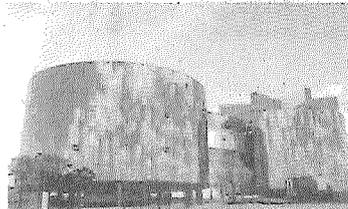
JUDICIÁRIO FEDERAL



R\$ 717 mi

Custará o reajuste dos salários por ano no Judiciário federal.

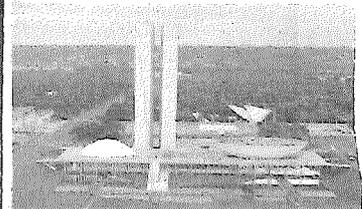
MINISTÉRIO PÚBLICO



R\$ 258 mi

É o valor estimado do impacto no salário dos integrantes do MP.

OUTROS PODERES



R\$ 400 mi

Custo previsto no Executivo, Legislativo e Defensoria da União.

08 NOV 2018
O ESTADO DE S. PAULO



Cartão de presente no STF

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, presenteou ontem o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), com uma edição comemorativa dos 30 anos da Constituição Federal.

SÔNIA RACY

Dúvida cruel...

Alguns senadores ficaram sem entender por que Eunício Oliveira pautou o aumento para o STF – primeira bomba para o governo Bolsonaro.

O que se especula na Casa é que a iniciativa partiu de conversa do senador com Toffoli. Ambos estiveram juntos anteontem na solenidade no Congresso que celebrou os 30 anos da Constituição.

08 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

TJ condena 2 por ofender vizinhos no WhatsApp

Moradores de condomínio levantaram suspeitas contra administradores sobre orçamento de obra: 'Estão levando por fora'. Dupla terá de pagar R\$ 15 mil

Priscila Mengue

Dois moradores de uma cidade da região metropolitana de São Paulo foram condenados, em segunda instância, por fazerem acusações sem provas contra vizinhos em um grupo do aplicativo WhatsApp. A dupla precisará pagar uma indenização de R\$ 15 mil por danos morais, decidiu a Justiça.

Segundo consta nos autos, as acusações ocorreram no ano de 2015, quando duas chapas disputavam a diretoria da Associação dos Proprietários em New Ville, que reúne moradores de um condomínio localizado em Santana de Parnaíba.

Na época, foi criado um grupo de WhatsApp com mais de cem moradores, no qual os réus insinuaram que os dois autores da ação (que integravam a diretoria do condomínio à época) superfaturaram obras de uma portaria no local.

"Estão levando por fora, e muito", escreveu um dos condenados. Em resposta, o outro réu afirmou que as pessoas do condomínio não eram "idiotas" de achar que uma obra daquele porte custaria R\$ 2 milhões.

À Justiça, os acusados negaram ter cometido dano moral. Após audiência de conciliação, foram condenados em primeira instância a pagar indenização de R\$ 30 mil, de acordo com decisão do juiz Fabio Calheiros do Nascimento, da Comarca de Santana de Parnaíba.

Em segunda instância, a sentença foi mantida com redução no valor indenizatório (para R\$ 15 mil) por decisão unânime dos desembargadores Pedro de Alcântara da Silva Leme Filho

(relator), Silvério da Silva e Theodoreto Camargo.

Ofensa. Segundo testemunhas, as insinuações publicadas no grupo de WhatsApp dos moradores foram repassadas entre vizinhos. "A ofensa foi proferida em ambiente residencial dos autores, fazendo com que sejam vistos com desconfiança", explicou, na decisão, o juiz Fabio Calheiros do Nascimento.

"Se tivessem feito prova de que houve superfaturamento e que os autores obtiveram tais vantagens, como na exceção da verdade dos processos criminais, não seriam obrigados a pagar indenização", completou. "Como dito acima o meio utilizado pelos réus é bem eficaz para propagar a ofensa à imagem-atributo dos réus."

"Sob esse prisma, não me parece que os réus se limitaram a criticar a maneira como os autores e os outros membros da diretoria da referida associação administraram o loteamento nos anos de 2014/2015. Eles afirmaram que os fatos acima ocorreram, não apenas levantaram uma hipótese em tom crítico, deixando entrever uma suspeita que deveria ser analisada com cuidado pelos moradores do loteamento", escreveu o magistrado.

O desembargador Leme Filho reforçou a posição. "Os réus, ao extrapolar o seu direito à livre manifestação, desbordando os limites legais e passando à ilicitude, causaram danos à honra dos autores que, por conseguinte, devem ser reparados."

O Estado não conseguiu contatar os advogados dos condenados ontem à tarde.

08 NOV 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Sem pedido da parte, corte não pode afastar limite de dias de astreintes

Ao julgar um recurso pedindo a redução da multa cominatória, o tribunal não pode afastar o limite de dias determinados pelo juiz para a incidência da multa se não houve pedido da parte nesse sentido. Caso contrário, haverá violação ao princípio da vedação da reforma em prejuízo da parte recorrente.

O entendimento é da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça em um caso que envolve a disputa entre um proprietário de terreno que busca despejar uma operadora de telefonia. Inicialmente a Justiça estabeleceu multa diária chegando a um limite de 100 dias. A companhia recorreu e o Tribunal de Justiça do Rio

Grande do Sul não só negou o recurso, como determinou o fim do limite de 100 dias, transformando-a em multa por tempo indeterminado.

Para o STJ, essa atitude fere o preceito de que quem recorre a Justiça não pode sair com um resultado pior do que tinha, caso não haja pedido da outra parte neste sentido.

Judiciário tem o dever de proteger minorias

A maioria escolhida pelo povo é quem dita os caminhos, obedecendo as regras do jogo. Mas isso não quer dizer que ela possa governar oprimindo as minorias e instituindo uma quase ditadura. Nesse momento cabe ao Poder Judiciário exercer o papel contramajoritário, invalidan-

do atos dos outros Poderes em nome da Constituição. Essa é a visão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, que participou, nesta terça-feira (6/11) em São Paulo, de painel promovido pela Escola Brasileira de Direito (Ebradi) em comemoração aos 30

anos da Constituição Federal. O mais novo ministro do Supremo destacou que uma das três maiores virtudes da Constituição Federal de 1988 foi dar ao Poder Judiciário — e principalmente ao Supremo Tribunal Federal — a possibilidade de exercer o papel contramajoritário.

08 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

De surpresa, Senado aprova reajuste de salário de ministros do Supremo

Efeito cascata é de R\$ 4 bi nas contas públicas;
salário sobe de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,3 mil

Angela Boldrini

BRASÍLIA O Senado aprovou nesta quarta-feira (7) o reajuste de salário de ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) de 16,38%, de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,3 mil.

Foram 41 votos a favor, 16 contra e uma abstenção. O texto depende de sanção do presidente Michel Temer para entrar em vigor.

Em seguida, também foi aprovado o aumento no mesmo valor do salário do procurador-geral da República, em votação simbólica, o mesmo de um ministro do STF.

A colunista Mônica Bergamo, da Folha, revelou nesta quarta que o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), havia incluído na pauta o projeto que aumenta o salário dos ministros. Parlamentares foram pegos de surpresa.

Eunício, logo após a votação, defendeu a medida e minimizou seu impacto no Orçamento. "Não haverá aumento do teto do gasto dos órgãos", afirmou, após a votação.

A regra de teto de gastos limita o aumento das despesas dos órgãos da União à inflação do ano anterior.

Segundo cálculo feito pelas consultorias de Orçamento da Câmara e do Senado, o impacto anual nas contas públicas pode ser de R\$ 4 bilhões.

Isso porque o aumento do salário dos ministros do STF gera efeito cascata, uma vez que o valor da remuneração dos ministros é o limite máximo estipulado para os salários do funcionalismo.

Além disso, algumas categorias têm suas remunerações atreladas às dos ministros.

De todo o impacto projeto, o efeito cascata de reajustar o salário dos ministros deve ser de R\$ 717 milhões no Poder Judiciário e de R\$ 258 milhões no Ministério Público da União.

No caso do Poder Executivo, em que o mecanismo do abate teto desconta os salários que hoje ultrapassam R\$ 33,7 mil, o efeito pode ser de outros R\$ 400 milhões.

Além disso, ainda de acordo com as consultorias, o impacto pode ser de R\$ 2,6 bilhões nos entes da Federação.

O senador Fernando Bezerra (MDB-PE) disse, durante leitura de parecer no plenário da Casa, que o presidente do STF, ministro Dias Toffoli, se comprometeu a acabar com o auxílio-moradia.

O fim do penduricalho dos juízes de todo o Brasil, hoje em R\$ 4.377, diz o senador, diminuiria o impacto nas contas públicas. Uma ação contra o benefício aguarda por julgamento no STF e está sob relatoria do ministro Luiz Fux.

Toffoli, após a aprovação,

disse que agora enfrentará o problema do auxílio-moradia pago aos magistrados e membros do Ministério Público.

"Com a aprovação do novo subsídio, nós poderemos então resolver então essa questão do auxílio", disse Toffoli, ao chegar para um evento no STJ (Superior Tribunal de Justiça) à noite.

Esta é a primeira das chamadas pautas-bomba armada para o governo de Jair Bolsonaro (PSL).

Pouco antes da votação, o presidente eleito eleito afirmou que "não é o momento de reajustar o salário do Poder Judiciário".

"Nós estamos terminando um ano com déficit, vamos começar o outro ano com déficit", afirmou ao deixar um encontro com o comando da Aeronáutica, em Brasília.

Opositores de Bolsonaro também se colocaram contra o projeto criticado pelo presidente eleito.

"É de uma irresponsabilidade enorme fazermos isso não com o presidente eleito, mas com o país", afirmou o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

CONTINUA

08 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

“Nós estamos trabalhando no escuro”, afirmou o senador Roberto Requião (MDB-PR), durante a sessão de votação.

Já Romero Jucá (MDB-RR) negou que se aumentarão as despesas do Judiciário para o novo governo.

“O teto será cumprido. Não estamos aqui discutindo aumento de gasto do Poder Judiciário”, disse.

pauta-bomba para Bolsonaro

Remuneração:

R\$ 33 mil

é o valor atual do salário de ministros do STF

R\$ 39 mil

é o valor que os ministros passarão a receberão se o projeto for sancionado por Temer

R\$ 4.377

é o valor do auxílio-moradia dos juízes que deve ser extinto com o aumento

Beneficiados:

- ministros do Supremo
- procurador-geral da República

Beneficiados em efeito cascata:

- ministros de tribunais superiores, estaduais e regionais
- juízes de primeiro grau, pelo efeito cascata
- membros do Ministério Público

08 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

Confirmado ministro, juiz Sergio Moro se contradiz sobre convite para cargo

SÃO PAULO O juiz federal Sergio Moro, confirmado como ministro da Justiça e da Segurança Pública do governo de Jair Bolsonaro, concedeu entrevista a jornalistas na terça (6). Moro, que se afastou da Operação Lava Jato, terá um período de férias antes de pedir a exoneração da Justiça para assumir o cargo.

“Eu fui surpreendido por esse convite [para assumir o Ministério da Justiça e da Segurança Pública]”

CONTRADIÇÃO Ao ser perguntado sobre a estrutura do futuro ministério, o juiz afirmou que não poderia dar detalhes porque foi “surpreendido” pelo convite. Mas, na mesma entrevista, Moro disse ter sido procurado por Paulo Guedes, um dos homens de confiança de Bolsonaro e futuro ministro da Economia, no dia 23 de outubro — antes do segundo turno. Segundo Moro, Guedes “trazia uma sondagem” a respeito do interesse dele em compor o governo, caso Jair Bolsonaro fosse eleito. O convite formal foi feito em 1º de novembro, quando Moro e Bolsonaro se encontraram pela primeira vez, segundo o juiz. Procurado, Moro não respondeu.

“Não existe uma proposta concreta sobre esse tema [Escola sem Partido] por parte do governo [Bolsonaro], que nem tomou posse”

FALSO No programa de governo registrado pela candidatura de Jair Bolsonaro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) durante a campanha há a defesa de uma educação com “mais matemática, ciências e português, sem doutrinação e sexualização precoce”. Também há a afirmação de que, na educação, “um dos maiores males atuais é a doutrinação”.

Os dois temas são os principais pontos do projeto de lei 7180/2014, que tramita na Câmara e ficou conhecido como “Escola sem Partido”. O projeto propõe a alteração da lei de diretrizes e bases da educação para que seja dada “precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar” sobre questões morais, sexuais e religiosas. Também prevê que seja proibida a inserção no currículo escolar de disciplinas que versem sobre “ideologia de gênero”. Procurado, Moro não respondeu.

“Em maio de 2014, [houve uma] decisão do ministro [do STF] Teori Zavascki que colocou em liberdade todos os presos [da Lava Jato]. O próprio Teori, depois, voltou atrás”

VERDADEIRO No dia 19 de maio de 2014, o então ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki concedeu uma liminar que libertava 12 presos na Operação Lava Jato — entre eles estavam o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e o doleiro Alberto Youssef.

Na decisão, Zavascki afirmava que a investigação deveria ser remetida ao STF, já que alguns dos envolvidos eram políticos que contavam com foro privilegiado. No dia seguinte, Zavascki voltou atrás e reconsiderou a soltura de 11 dos 12 presos — a decisão foi aplicada apenas a Paulo Roberto Costa, que já havia deixando a prisão.

“Nós temos uma lei hoje que autoriza a coleta do perfil genético do preso”

VERDADEIRO Desde 2012 uma alteração na Lei de Execuções Penais permite que material genético seja coletado como

forma de identificar criminosos. A lei 12.654 foi sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Cabe ao Estado o armazenamento dos bancos de dados de perfis genéticos. O uso de amostras de DNA vale tanto na fase de investigação quanto na condenação de responsáveis por crimes hediondos.

Leandro Resende
e Natália Leal

FOLHA DE S. PAULO

LUIZ WEBER

08 NOV 2018

ANÁLISE

Trajetoira de juiz italiano esclarece movimento de Sergio Moro

BRASÍLIA Sergio Moro tem um método. É um livro-texto. Melhor: uma biografia-texto. O novo integrante do governo Bolsonaro disse que seguiu o exemplo de Giovanni Falcone, juiz italiano que nos anos 80 e 90 combateu a máfia.

Em 1984, Falcone desembarcou em Brasília para tomar o testemunho de Tommaso Buscetta, um dos cardeais da Cosa Nostra, a máfia italiana. Buscetta (a quem o Jornal Nacional de então se referia no ar como Busquetta, para evitar a cacofonia (?) da pronúncia italiana: bu-che-ta) era um pentito, um colaborador da Justiça.

Na luta contra a máfia, Falcone desenvolveu uma metodologia replicada em Curitiba. A trajetória de Falcone esclarece ainda mais o movimento de Moro, de deixar a magistratura para virar um burocrata em Brasília.

À frente da operação Maxiproceto, o juiz italiano estabeleceu as primeiras coordenadas para o combate ao crime organizado.

Em seu livro *Cosas da Cosa Nostra*, Falcone elenca ações e estratégias que levaram mais de 200 mafiosos para a cadeia.

Tudo começou com um intérprete, uma pedra rosada dos esquemas, alguém que traduziu os códigos, as senhas, o tamanho e a extensão do negócio ilícito. Na

Itália foi Buscetta; no Brasil, primeiro o doleiro Alberto Youssef, depois outros delatores acrescentaram palavras ao dicionário da corrupção, como Italiano, Zeca Pagodinho, Botafogo...

No livro, Falcone lembra que outros delatores, do ponto de vista de crimes revelados, tiveram papel até maior, mas só aquele delator original havia ensinado um método.

Essencial na Maxiproceto foi o aprendizado de uma tecnologia de apuração e a montagem de forças-tarefa. Para Falcone, as investigações devem ser abrangentes, coletando a maior quantidade de provas possível para se montar as estratégias de combate ao crime organizado. Moro seguiu o script.

Por que Falcone deixou sua vara, em Palermo, na Sicília, para um posto secundário em Roma, no Ministério da Justiça? Como justificativa, alegou que a Lava Jato italiana havia se fragmentado, que se tornara num símbolo de uma batalha desorganizada, que, de Palermo, não a faria avançar. Ocorreria uma dispersão de processos, como aqui.

Pior, na Suprema Corte ela era desmontada. Em Roma, Falcone criou um sistema de coordenação das investigações em andamento contra

o crime organizado, montou forças-tarefas transversais, com ênfase na análise de dados financeiros, e desencadeou ações para fazer valer as condenações impostas por sua Lava Jato.

Foi em Roma que ele enfrentou, com melhores armas, um juiz da Suprema Corte que se notabilizara por libertar dezenas de condenados. Apelidado de giudice ammazzasenteze (juiz mata sentença), o juiz Carnevale acabou sitiado e afastado, após iniciativas do Ministério da Justiça. O Brasil é o país do carnaval. Mas Moro não parece um folião.

08 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

BRUNO DANTAS

Ministro do Tribunal de Contas da União e pós-doutor em direito (Uerj)

Mais transparência para a OAB

Ordem deve prestar contas como qualquer conselho

A Ordem dos Advogados do Brasil exerce papel fundamental de vigilante do poder estatal e de defesa da Constituição e do Estado democrático de Direito. É exatamente por isso que deve servir de exemplo a outros conselhos profissionais e apresentar uma gestão transparente e aberta ao controle público.

Foi com base nessa premissa que, na condição de relator, votei nesta quarta (7) no Tribunal de Contas da União (TCU) e fui acompanhado por todos os meus pares. O atual entendimento de que a OAB não estaria sujeita a qualquer tipo de controle administrativo mina a possibilidade de real "accountability" sobre seus atos. A OAB não deve ser exceção.

Estão sujeitos ao controle do TCU mais de 550 conselhos de fiscalização do exercício profissional, que gerem recursos da ordem de R\$ 3,3 bilhões anuais. O tribunal avalia que, com a fiscalização, o grau de transparência

desses conselhos aumentou.

A OAB, na contramão dessa tendência, apresenta baixa transparência. Em seu site, por exemplo, não estão disponíveis informações detalhadas sobre suas atividades, receitas, despesas, contratos e empregados. Embora a entidade alegue ser controlada internamente, são ainda opacas as informações prestadas ao público e a seus contribuintes.

Tem sido infrutífera, por exemplo, a tentativa de levantar valor gerido pelas entidades que compõem a Ordem. A imprensa eletrônica especializada desempenhou papel relevante no mapeamento desses números. O Observatório Nacional da Advocacia estima que a OAB arrecade algo em torno de R\$ 1,3 bilhão com a anuidade e o exame.

A partir da compilação dos esparsos dados disponibilizados pelas seccionais, e com o apoio do site Migalhas, é possível estimar que o valor arrecadado com anuidades gire em

torno de R\$ 600 milhões por ano.

A natureza de autarquia e o regime público e compulsório dos tributos que arrecada sugerem que a OAB, como qualquer conselho profissional, deva estar sujeita aos controles públicos, conforme manda a Constituição. Dessa perspectiva, não há nada que a distinga dos demais conselhos profissionais.

As relevantes prerrogativas que diferenciam a Ordem dos demais conselhos só reforçam o caráter público das funções que são por ela desempenhadas. Assim, deve prestar contas ao TCU de forma ordinária, periodicamente, ou de forma extraordinária, condicionada à ocorrência de certos eventos previstos em norma infraconstitucional.

Deve se submeter também de forma especial, submetendo as contas tomadas de todos que, incumbidos da gestão de recursos da entidade, derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em prejuízo aos seus cofres.

Firmar o entendimento de que a OAB deve prestar contas ao tribunal é uma decisão que homenageia o princípio da isonomia. A OAB terá prazo para se adaptar em 2019 e prestará contas em 2021 referente ao exercício 2020. Num momento em que o Estado reforça a exigência de transparência e regras de compliance até mesmo para as empresas privadas que com ele se relacionam, não é razoável querer justificar que a OAB possa ser a única instituição infensa a controle.

08 NOV 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

Depen assume 6 mil presos que estão em delegacias

Medida libera 1,1 mil policiais civis para atividades de investigação



A governadora Cida Borghetti assinou ontem decreto que transfere a gestão de 37 carceragens, hoje administradas pela Polícia Civil, ao Departamento Penitenciário do Estado do Paraná (Depen), coordenado pela Secretaria Especial de Administração Penitenciária.

“Este é mais um avanço rumo a melhoria e a humanização do sistema carcerário no Estado, uma medida que vai resultar

também no melhor atendimento da população com a liberação dos policiais”, afirmou a governadora Cida Borghetti.

A medida permite ao Depen a gestão plena das unidades (veja lista abaixo) e a guarda de aproximadamente 6.100 presos. Com isso, cerca de 1.100 policiais civis serão liberados exclusivamente para o trabalho de investigação, formalização de flagrantes e demais atividades de prestação de serviços à população. ●

Taxa de mulheres presas no Brasil é uma das maiores do mundo

O Brasil tem uma das maiores populações carcerárias femininas do mundo, e as prisões relacionadas ao tráfico de drogas correspondem à maior parte delas (62%). Em um estudo divulgado na semana passada, a Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (Dapp/FGV) levantou dados sobre essas prisões e mostrou que, entre 2000 e 2016, a população carcerária feminina aumentou 567%. Se considerados dados atualizados até 2018, o aumento se aproxima de 700%.

Em 2016, as prisões brasileiras abrigavam 42.355

mulheres. Quando analisada a incidência de prisões para cada 100 mil mulheres, o Brasil chega a 40,6, relação que perde apenas para Estados Unidos (65,7) e Tailândia (60,1). A China tem mais mulheres encarceradas que o Brasil, mas, proporcionalmente, sua taxa é menor.

Entre os cinco estados com maior encarceramento feminino, quatro estão na região Norte: Amazonas (9,2%), Rondônia (8,2%), Acre (7,1%) e Roraima (6,7%). O Mato Grosso do Sul é o que tem maior percentual de mulheres em relação ao total da população carcerária: 11,3%. ●

JORNAL DO ÔNIBUS 08 NOV 2018

Senado aprova reajuste para o Judiciário

Salário de ministros de tribunais superiores passará para R\$ 39 mil

O Senado aprovou ontem projetos de lei que concedem aumento aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e ao procurador-geral da República. O reajuste altera o subsídio dos 11 integrantes do STF e da atual chefe do Ministério Público Federal, Raquel Dodge, de R\$ 33,7 mil para R\$ 39 mil e provoca um efeito cascata sobre os funcionários do Judiciário, abrindo caminho também para um possível aumento dos vencimentos dos parlamentares e do presidente da República.

A proposta relativa aos membros do STF teve 41 votos favoráveis, 16 contra, e uma abstenção, após os senadores aprovarem, na tarde de ontem (6), a inclusão do texto na Ordem do Dia de hoje. Já o projeto do salário do procurador-geral da República foi aprovado de forma simbólica pelo plenário.

A votação provocou divergências entre os senadores desde o início do dia, depois que o presidente eleito, Jair Bolsonaro, manifestou "preocupação" com a possibilidade de reajuste. Segundo Bolsonaro, o momento não é adequado para o aumento. ●

METRO 08 NOV 2018

Reajuste para o STF é aprovado

Aumento. Projeto foi criticado, mas passou por 41 votos a 16. Salário subirá de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil se Temer sancionar a proposta. Impacto anual pode chegar a R\$ 6 bi

O Senado aprovou ontem, por 41 votos a 16, o reajuste salarial dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal).

Criticado pelo potencial de gerar um 'efeito cascata' de aumentos em todo o funcionalismo público, que têm esses vencimentos como teto, o texto passará a valer se for sancionado pelo presidente Michel Temer. O reajuste, de 16,38%, elevará o salário dos ministros de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil.

O impacto anual da medida nas contas públicas pode chegar a R\$ 6 bilhões, somando a União e os estados. A elevação afeta o teto de servidores públicos do Executivo, federais e estaduais, e também de membros do Judiciário, do ministério público e de tribunais de contas.

A decisão passou no mesmo dia em que o presidente eleito, Jair Bolsonaro, se posicionou contra ao ser questionado. "Estamos em uma fase em que todo mundo tem ou ninguém tem. A gente sabe que o Judiciário é o mais bem aquinhado entre os poderes. A gente vê



Eunício colocou projeto para votação em urgência | ROQUE DE SA / AGENCIA SENADO

com preocupação", declarou ontem.

A pauta foi colocada pa-

ra votação ontem, em regime de urgência, pelo presidente do Senado, Eunício

R\$ 39,2

mil será o salário dos ministros do STF, que é o teto para o funcionalismo público no país.

Oliveira (MDB-CE).

Histórico

O projeto prevendo este reajuste foi encaminhado ao Congresso ainda em 2015, pelo então presidente do STF Ricardo Lewandowski. A proposta foi aprovada pela Câmara no ano seguinte, mas ficou parada desde então.

No último mês de agosto, o STF decidiu, por 7 votos a 4, incluir o aumento previsto neste projeto no orçamento de 2019. Os ministros justificaram que se tratava de "reposição do poder aquisitivo", devido a perdas acumuladas.

A votação de ontem não foi nominal, ou seja, não foi revelado como cada senador se posicionou.



RAFAEL

NEVES

METRO BRASÍLIA

METRO 08 NOV 2018

STF. Fachin acredita que habeas corpus de Lula deve ser julgado neste ano

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Edson Fachin afirmou ontem que acredita na possibilidade de que o novo pedido de liberdade do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva seja apreciado ainda neste ano.

A defesa de Lula ingressou com o novo habeas corpus nesta semana com o argumento de que, ao ser indicado como futuro ministro do governo Bolsonaro, o juiz Sérgio Moro comprovou a imparcialidade para julgar o caso do ex-presidente.

Relator do caso, Fachin determinou que a Segunda Turma julgue a matéria e deu cinco dias de prazo para que o TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) e a 13ª Vara Federal de Justiça se pronunciem. A PGR (Procuradoria-Geral da República) terá os mesmos prazos.

Fachin também disse, ontem, que acredita que a análise do HC não necessi-



Fachin determinou o julgamento na 2ª Turma | NELSON R/STF

ta da avaliação do plenário.

Para a defesa de Lula houve atuação do juiz com repercussão no processo eleitoral de 2018 contemporaneamente". "Segundo recentes revelações, já públicas e notórias, (Moro) mantinha contato com a alta cúpula do presidente eleito", escreve no pedido.

METRO BRASÍLIA

Urgente. Dodge pede intervenção federal em presídios de Roraima

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, enviou ontem um ofício ao presidente Michel Temer pedindo intervenção federal e urgente no sistema penitenciário e socioeducativo de Roraima.

A procuradora defende que a situação atual é de absoluto "caos" e teme novas rebeliões no estado, a exemplo da ocorrida em janeiro de 2017, na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, quando 33 presos foram mortos durante confronto.

Segundo ela, desde setembro o fornecimento às unidades prisionais de Roraima foi suspenso três vezes por falta de pagamento. A situação se combina à falta de pagamento de pessoal, episódios de torturas e descontrole na administração de pessoal local.

"A necessidade é de

atuação emergencial, para conter o caos diário vivenciado pelos detentos e agentes do sistema penitenciário roraimense e evitar a repetição de tragédias", destaca a PGR.

Desde 2008, conforme a procuradora, o sistema prisional de Roraima apresenta problemas, que exigiu a intervenção do Ministério Público Federal, do estadual e da Defensoria Pública, e a situação de descontrole apenas se agravou.

"Esgotadas as inúmeras medidas tendentes a recompor a ordem e a restaurar a estabilidade dos sistemas prisional e socioeducativo do estado de Roraima, alternativa não resta senão a intervenção da União, com o intuito de assegurar a ordem pública", conclui no despacho.

METRO BRASÍLIA

08 NOV 2018

BEMPARANÁ

Senado aprova aumento de salários do STF

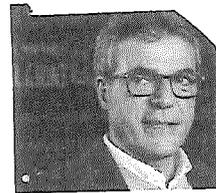
O Senado aprovou ontem por 41 votos a 16, aumento de 16% nos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A proposta segue agora para a sanção do presidente Michel Temer. Com o reajuste, os salários dos ministros – que serve como teto para o funcionalismo público – passarão de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil. O aumento passará a valer a partir da sanção presidencial. É prerrogativa do presidente da República vetar a proposta.

O aumento gera um efeito-cascata nas contas, já que servem como base para os salários de outros poderes, como Câmara Federal e o próprio Senado. A estimativa é de um impacto de mais de R\$ 5 bilhões nas contas do governo federal somente em 2019.

A aprovação pode ser considerado um revés para o presidente eleito Jair Bolsonaro. Ontem, ele afirmou que este não é o “momento” de se ampliar despesas. Ele também declarou ver o aumento de gastos “com preocupação”.

RádioPatrolha

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, entrou com mandado de segurança contra decisões do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, que revogaram prisões provisórias do ex-governador Beto



Richa (PSDB) e outros e demais investigados da operação Rádio Patrulha, que apura suspeitas de fraude em licitações para obras em estradas estaduais. Richa foi preso em 11 de setembro, em operação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público Estadual (MPE). Três dias depois, Mendes acatou pedido da defesa para libertar o tucano.

Subterfúgios

Os advogados de Richa argumentaram que a prisão preventiva contra o ex-governador perdida teria ferido a proibição das chamadas “conduções coercitivas”, em ação que tem Mendes como relator. Raquel Dodge explica que, ao apresentar uma petição individual no âmbito da ação, Richa utilizou-se de subterfúgios processuais para “escolher” o julgador do seu pedido de liberdade. Sobre o argumento apresentado por Raquel Dodge de que, a prevalecer a decisão, o ministro se tornaria revisor universal de todas as prisões provisórias determinadas no país, Mendes escreveu que eventuais pedidos que não tenham relação com o objeto dos autos e que não guardem indícios de ilegalidade ou teratologia não seriam acatados, sendo encaminhados para distribuição.